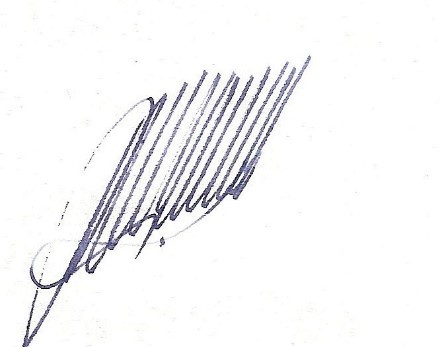
**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 002/2022 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA REMOTAMENTE EM 08 DE FEVEREIRO DE 2022.**

Aos oito dias do mês de fevereiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), em primeira convocação às 16h, foi realizada, virtualmente, a Reunião Plenária Ordinária do CAU/RJ, nº 002/2022, que teve início com a segunda convocação às 16h30, sob a coordenação do presidente Pablo Benetti. **Item 1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro.** A chefe de gabinete Patrícia procedeu ao cumprimento **item 2 - Verificação de Quórum** (mínimo 14 Conselheiros)fazendo achamada dos **Conselheiros Titulares:** Ângela Botelho, Cárin Regina D'Ornellas, Davide Siffert Dulcetti, Leila Marques da Silva, , Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Luciana da Silva Mayrink, Luiz Damião Teixeira da Silva, Marcus Pedro Oneto Fiorito, Marta Regina Ribeiro Costa, Noêmia Lúcia Barradas Fernandes, Pablo Cesar Benetti, Pablo Esteban Vergara Cerda, Paloma Monnerat de Faria, Paulo Oscar Saad ,Rodrigo Cunha Bertamé Ribeiro, , Sandra Regina de B. Sayão Ferreira**,** Simone Feigelson Deutsch, Tanya Argentina Cano Collado, Tayane de Mello Yanez Nogueira, Tereza Cristina dos Reis, Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues, Zander Ribeiro Pereira Filho. **Conselheiros Suplentes substituindo Titulares:** Tereza Cristina Alves Chedid, Vivianne Sampaio Vasquez, Carlos Augusto Abreu, Fernando Henrique de A. G. Newlands, Adriano Arpad Moreira Gomes. **Conselheiros com Ausência Justificada:** Alyne Fernanda Cardoso Reis, Leonam Estrella Figueiredo, Rogério Goldfeld Cardeman, Rosemary Compans da Silva. **Quórum suficiente: 27 conselheiros.** **Item** **3 -** Aprovação da Ata da Reunião Ordinária nº 001/2022 (18/02/2022). Incluído a transcrição literal por solicitação do Conselheiro Carlos Abreu, mais nenhum conselheiro/a apresentou correção. Antes de iniciar a votação **Presidente Pablo Benetti** se manifestou sobre o que aconteceu na reunião anterior e pediu desculpas ao conselheiro Carlos Abreu e à Plenária, explicou que é extremamente sensível qualquer forma de violência que naquele momento poderia se configurar excluindo a conselheira Ângela da vontade de participar e votar, mas que isso não justificava a intensidade do que aconteceu, ele afirmou que espera que com a volta do trabalho presencial esses inconvenientes não aconteçam, reiterando suas desculpas ao conselheiro e a plenária. **Conselheiro Carlos Abreu** agradeceu a retratação, a única observação que fez é que estamos todos imbuídos no mesmo objetivo no sentido de atender a nossa categoria, ele reafirmou que gostaria muito que na plenária aconteça uma relação mais prazerosa, respeitosa e tranquila como acontece nas comissões, o que houve naquela questão foi que realmente não viu a conselheira na sala e causou estranheza ligar para uma conselheira para votar, mais uma vez agradeceu a retratação e espera que haja início respeitoso de todas as partes. **Conselheira Ângela Botelho**desculpa-se por conta da polêmica de sua presença ou não na sala naquela hora em que se deu a votação, mas diz que está no seu terceiro mandato e dificilmente falta em alguma votação em plenária, nesta virtual estava presente mas sem acesso de som e ao painel de votação, por isso a angústia em não conseguir votar por problemas técnicos que desconhece e que podem acontecer com qualquer um. **Presidente Pablo Benetti** agradeceu a conselheira Ângela, esclareceu ao conselheiro Carlos Abreu que não vê ninguém como inimigo, ocorre que tem de fato um enfrentamento com algumas pessoas por causa da denúncia do convênio CAURJ com IAB. **Conselheira Leila Marques** pediu que não se falasse mais sobre história de que denunciaram o IAB porque a pessoa que fez isso não está presente, todos já sabem que foi a partir de um levantamento dentro da CPFI de que fazia parte, enfatizou que não estamos aqui para brincadeira nem para briga, se é para prosseguir respeitosamente que seja dos dois lados. **Chefe de Gabinete Patrícia Cordeiro** lembrou que só votam os Conselheiros Titulares ou Suplente que estejam nessa condição. Colocada em votação, a Ata foi aprovada com **24 (vinte e quatro) votos favoráveis, nenhum contrário e 01 (uma) abstenções**. **Item 4 -** Leitura de extratos e correspondências recebidas e/ou expedidas (Não houve). **Item 5 -** Apresentação da Pauta e Comunicados Presidente. **Não houve observações à pauta encaminhada; Informes: Conselheira Federal Maira Rocha. 1-** Em janeiro tivemos uma capacitação dos conselheiros titulares e suplentes, foi interessante porque a gente tem visto os suplentes trabalharem em muitas vezes junto aos titulares e muitas vezes faltava nivelamento, então foi feito um trabalho de capacitação com vários temas e foi bem interessante. **2-** A Plenária foi basicamente a recomposição das comissões do Conselho Diretor, continuo como membro da CPFI e estou como coordenadora adjunta; A CRI mudou de nome, mudou o escopo e agora é comissão de relações institucionais e internacionais; também na escolha da presidência agora temos uma presidência no Brasil totalmente composta por mulheres: a Nadia Somekh como presidente, a Daniela Sarmento de Santa Catarina é a primeira vice e a Patrícia do Rio Grande do Norte como segunda vice. **3 -** Tivemos a primeira reunião do CEAU-BR que foi no Rio de Janeiro, houve a escolha da nova coordenadora que agora é a Eleonora Mascia da FNA. **4 –** Um novo Regimento eleitoral foi colocado para consulta pública, uma pauta da comissão eleitoral que encerrou a consulta pública em 28 de janeiro. Como o tempo de consulta foi pequeno e a consulta foi pouco divulgada vamos pedir para abrir novo processo de consulta pública para conseguir divulgar mais, afinal é uma mudança do Regimento eleitoral importante e tem que ter ampla divulgação. **5 -** Na CPFI teve uma discussão interessante com apresentação da GERFIN sobre o cenário de arrecadação. Tivemos um aumento de arrecadação de 17% com relação ao ano anterior e embora isso seja do CAU Brasil isso espelha um pouco de forma assimétrica, não sendo igual para todos os CAU/UFs. Tivemos um aumento de arrecadação na maioria dos UFs o que gerou também o aumento do *superávit* acumulado. Isso foi interessante para a gente começar a fazer algumas reflexões sobre a questão do *superávit* principalmente no momento no qual temos uma mudança de formato da maioria das reuniões, estamos trabalhando muitas vezes com formato híbrido, muitas reuniões remotas, isso tem gerado o incremento do *superávit* até em função do que era previsto para diárias. Começamos a refletir que outra forma de utilização do superávit pode ser interessante para os Estados e tivemos alguma flexibilização do *superávit* por exemplo durante a pandemia para o uso. Enfim, vamos repensar as formas do *superávit* poder apoiar algumas outras atividades. A Daniela que está no CSC também representando a CPFI trouxe a discussão como *superávit* pode fazer algum aporte ao CSC e ao SICCAU, entendendo que isso também é uma estrutura permanente e o *superávit* e tem a possibilidade de apoiar alguns projetos entre eles a estrutura do SICCAU. **6 –** Em cima dos resultados que temos observado dos Estados vemos que muitos estão se aproximando do teto de gastos com pessoal que hoje é de 55%. Começamosa pensar de que forma a gente poderia entender melhor como os Estados estão com relação a esse teto. Observamos que alguns estados ultrapassaram inclusive o teto em alguns momentos, então é importante que a gente se debruce sobre isso, se esse fato tem imobilizado ou não ações nos Estados e talvez até pensar no aumento do teto, entendendo como que os estados estão com relação à sua estrutura de pessoal, principalmente com relação a fiscalização, que é um tema que se sempre é trazido, da importância de mais fiscalização. Muitos estados tem um território extenso, havendo várias regiões onde a presença de mais fiscais seria importante, aqui no CAU/RJ, por exemplo, estamos muito próximos desse teto. Vamos fazer um pedido para analisar como os demais estados estão por exemplo em relação ao pessoal, quantos são contratados e quantos são terceirizados para entender quanto que isso está, talvez, mobilizando algumas ações desses Estados. **7-** Outra discussão importante foi com relação ao SICCAU, tema muito presente nos dos primeiros meses, principalmente nas duas semanas inicias de janeiro por conta do alto fluxo para emissão de RRT e especialmente por sua funcionalidade de gerar pagamentos das anuidades, as reclamações aumentaram muito por conta da lentidão do sistema. A Carolina Mamede, gerente técnica do CAU/RJ, fez um acompanhamento, levantamento rotineiro dessa lentidão, e nos passou esse mapa o que foi muito importante para conversarmos com pessoal do CSC como o tema está reverberando nos estados. Melhorou muito a comunicação da equipe do SICCAU com gerentes dos estados, isso porque quando tem essa crise todo o efetivo do CSC vai para cuidar do problema e não dão retorno para equipes técnicas dos estados. Conseguimos uma pessoa para fazer o fluxo de informações, que será o Antônio do gabinete. Foram identificadas estratégias para não sobrecarregar o sistema como por exemplo colocar horário de emissão de anuidade. **8-** Tivemos a primeira reunião da nova CRI. Aumentaram duas vagas para conselheiros novos e foi dada continuidade na pauta do ano passado, como o acordo macro com Mercosul para concessão de registro de exercício profissional temporário. Outro ponto é o registro profissional relacionado a Portugal. Já temos um encontro com embaixada de Portugal para levar essa demanda e vamos buscar essa reciprocidade para transito de profissionais. Também tem sido debatida a contratação de uma *startup* para construção de uma plataforma de cadastro de profissionais nas instituições de ensino e no setores públicos. O CAU/RJ fez um senso e CAU/BR também sente essa necessidade de mapear esses profissionais, como eles estão distribuídos. Por fim haverá uma reunião extraordinária para construir uma carta aos candidatos e depois será feita uma conversa para apresentar a importância do arquiteto e urbanista para construção de cidades melhores, programas de urbanização de áreas periféricas e melhorias habitacionais e a importância dos conselhos com os parlamentares para efetivar essas políticas. **Presidente Pablo Benetti,** completou a informação do SICCAU que possui vários módulos, alguns deles conseguiram ser atualizados no decorrer do ano, outros não porque as licitações que permitem a contratações de empresas para fazer as atualizações foram concluídas somente em dezembro. Por isso a fábrica de *software*que vai corrigir vários desses módulos só começou a atuar há pouco tempo. A contratação de mais pontos na nuvem também só começou em 4 de janeiro, como fruto disso tudo ocorreram todas essas questões. Esperamos que até meados desse ano teremos um sistema robusto, com maiores números de pontos na nuvem e também com maior agilidade em cada um dos módulos. Isso tem a ver com a utilização do *superávit*, num sistema totalmente informatizado não faz sentido achar que capital é somente imóvel, investir em informática é capital, essa é a posição do Fórum dos Presidentes. **Conselheiro Davide Dulcetti,** questionou à conselheira federal sobre os que estão na CPFI, se já houve um auto avaliação, que o CAU foi criado numa modalidade arrecadatória, quase cartorial, que foi herdado do CREA, se após 10 anos de criação do conselho, se não é o momento de reavaliar o valor do RRT que hoje se encontra em 100 reais, se não seria possível reduzir o valor do RRT, questionou se esse valor é imutável. Citou como exemplo o conselheiro Carlos Abreu que trabalha com avaliações e perícias, que são orçamentos menores, que é um valor que impacta no orçamento de vários arquitetos que trabalham dessa maneira. De que até quantos milhões o conselho vai chegar, se faz sentido para o arquiteto pagar para trabalhar, se faz sentido pagarmos 100 reais por um PDF. Que ficou feliz pelo presidente estar acompanhando o Comitê de Crise do Siccau. Que não é a primeira vez que nós temos o Siccau falhando. Que a reclamação dos arquitetos é muito pertinente, que a categoria dos arquitetos fica muito frustrada pelas falhas e pelo não retorno do dinheiro investido. Que o sistema demanda capital, mas que demanda também a escolha da empresa certa. Que não é possível estarmos utilizando um sistema falho há 10 anos. Que o sistema informativo deve ser prioridade.Dito isso, deu-se início ao do item **6.1 - Eleição CEF e CPU;** Presidente Pablo Benetti iniciou informando que foi identificado que conselheiro titular e suplente votaram juntos na composição das comissões de ensino e formação e política urbana, propõe, se for de acordo de todos, ratificar composição dessas comissões, **sendo assim a composição da Comissão de Ensino e Formação - CEF**: Lucas Alencar Faulhaber Barbosa; Marta Regina Ribeiro Costa; Sandra Regina de B. Sayão Ferreira; Tanya Argentina Cano Collado; Tayane de Mello Yanez Nogueira; Tereza Cristina dos Reis; Vicente de Paula Alvarenga Rodrigues e seus respectivos suplentes. **Registra-se aprovação por aclamação**. Em prosseguimento a comissão de Política Urbana teve o mesmo vicio na votação, **propomos a ratificação da composição** **com seguintes Conselheiros:** Lucas Alencar Faulhaber Barbosa Rosemary Compans da Silva Sandra Regina de B. Sayão Ferreira Tanya Argentina Cano Collado e Tereza Cristina dos Reis e seus respectivos suplentes. **Registra-se aprovação por aclamação.** Presidente parabenizou todos e desejou bom trabalho nas comissões. Seguindo a pauta **6.2.** – **Criação das Comissões Temporárias para 2022 – CTED, CTI, CTSP, CTA, CATHIS**, Presidente informou que a justificativa para a continuidade dos trabalhos de cada comissão temporária foi encaminhada com antecedência para todos e todas. Sendo assim propõe começar pela Comissão de Equidade e Diversidade que indica como membras as Conselheiras Alyne Fernandes Cardos Reis; Luciana da Silva Mayrink; Lucinéia Lopes evangelista; Natalia da Cunha Cidade; Paloma Monnerat de Faria. **Aprovado por Aclamação.** Seguindo o Presidente anunciou a composição da Comissão Temporária do Interior: a Conselheira Tayane de Mello Yãnez Nogueira, os conselheiros William Fernando Gomez, Adriano Arpard Moreira Gomes; Arquiteta Renata Manhães e o Arquiteto Gustavo Manhãs como convidados externos. **Aprovado por Aclamação.** Seguindo o Presidente anunciou a composição da Comissão Temporária do Setor Público: Angela Botelho; Vicente Rodrigues; Viviane Vasques; Lilia Varela; Marguerita Abdala, A conselheira Ângela Botelho pede que a composição seja a mesma do ano anterior com a presença do Conselheiro Luiz Fernando Valverde e que o Conselheiro Vicente Alvarenga continue como convidado, sem objeções do Conselheiro Vicente Alvarenga, foi proposta a composição com a inclusão do Conselheiro Luiz Fernando Valverde foi colocado em votação, sendo assim a composição da Comissão do Setor Público: Ângela Botelho; Luiz Fernando Valverde Salandia; Vivianne Sampaio Vasques; Lilia Varela Clemente dos Santos e a Arquiteta Marguerita Abdala como membra externa, **Aprovado por Aclamação.** Seguindo o Presidente anunciou a composição da Comissão Temporária de Acessibilidade: Arnaldo de Magalhães Lyrio Filho; Cárin Regina D’Ornellas; Isabela Muller Menezes e as Arquitetas Regina Cohen; Natália Kochen como membras externas. **Aprovado por Aclamação.** Seguindo o Presidente anunciou a composição da Comissão Temporária de Assistência Técnica: Leslie Loreto Mora Gonzales; Emmily Leandro Castro; Mauri Vieira da Silva; Pablo Esteban Vergara Cerda; Sofia Eder. **Aprovado por Aclamação.** Presidente deseja sorte para todos e todas das comissões temporárias. Seguindo a pauta, item **6.3. Avaliação Trabalho Híbrido.** Pablo informou que no início de janeiro o Conselho Diretor entendeu voltar para trabalho remoto devido ao aumento nos casos de Covid nos funcionários, deliberação que está valendo até essa plenária. Propõe adotar como critério de avaliação as informações da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro que definem as seguintes categorias: bandeira verde (risco muito baixo), bandeira amarela (risco baixo), bandeira laranja (risco moderado), bandeira vermelha (risco alto) e bandeira roxa (risco muito alto). Adotar como indicador definidor da volta ao trabalho híbrido a bandeira amarela ou verde, no setor do estado Metropolitano I, sem necessidade de trazer para próxima plenária. **Conselheira Leila Marques** tem dúvida de como será periodicidade para não causar dúvida nos servidores, acredita pode ser dessa forma e sugere como encaminhamento, se for o caso, reavaliar na próxima Plenária. **Presidente Pablo** **Benetti** esclarece que será semanalmente pela presidência tomando o cuidado para avisar aos funcionários com antecedência. Colocado Deliberação em votação foi **Aprovada por Aclamação.** Próximo ponto de pauta **Item 7. Relatório e voto de Recursos ao Plenário. Processo n°1320715** **– relatora conselheira Paloma Monnerat Faria,** após apresentado relato detalhado o processo foi retirado de pauta e será votado na próxima Plenária em março. **Item 8. Distribuição Processos:** Não houve. **Item 9.** **Comunicados dos Conselheiros - assuntos de interesse geral**. Informe dos resultados do GT de tecnologia/CEF; **Conselheira Bianca Sivolella** apresentou resultado dos trabalhos do GT que teve como objetivo responder grupos de perguntas que denominamos como diagnósticos: “O que se pensa, o que se faz hoje em dia na área de tecnologia e para que serve para quê para quem a gente faria isso, qual o problema ser resolvido, para que precisaria de tecnologia?” Entenderam que o Conselho tem que ações gerais e as ações específicas. As gerais visam a dificuldade de engajar e comunicar. As ações específicas: Organização e Gestão; Ensino e Produção Acadêmica; Produção de Serviços Técnicos-Financiamentos, Convênios e Parcerias; Leis, Normas e Atuações Governamentais; Inovação, sustentabilidade e transformação; Portal de informações, acervos e histórias. Obviamente não poderia tratar tudo por isso criou o que chamaram de eixos estratégicos. Esses eixos buscam escalonar um grau de dificuldade, por exemplo o Eixo A, denominado “Habitação” compreende reformas de apartamento e de casa e suas condições, ou seja, pequenos projetos. Por sua vez o eixo B “Instalações para habitação”, ou o eixo C “Urbanismo”, vão aumentando a escala e aumentando a dificuldade até chegar em um nível dos “Projetos de Grande Porte”. O GT entende que hoje os arquitetos não estão preparados para fazer projetos de grande porte, não existindo escritório de grande porte. Embora em muitos desses projetos a arquitetura seja mandatória, esse espaço não é ocupado por profissionais de arquitetura e urbanismo. O cronograma macro passa por todos esses eixos de crescimento, de evolução. Nele o primeiro eixo demoraria os dois próximos anos. Para o eixo habitação foram divididas atividades 1, 2, 3, 4 e 5. O primeiro que vai tratar a literalmente da questão de formatação de coisas para o que a gente de HABIM, que seria habitação para BIM, focada, customizada para BIM; o segundo que seria ações na academia; o terceiro que seria nas ações na sociedade; o quarto que seria de inovação sustentabilidade transformação e por último o Portal, que é um portal de informações, de acervo e de história. A atividade “a” do HABIM seria a adoção de um *software* Livre, a ser confirmado, e criar uma série de ações para utilizar esse *software* livre facilitando essa customização. Então o item 1.3 é formatar edital para contratar uma cartilha, que seria muito usualmente chamada de BIM *mandate* ou plano BIM, nós estamos chamando de cartilha, estruturada por tema com *templates* básicos para habitação (reformas de pequeno porte e baixa complexidade). Por sua vez o item 1.2 traz um ciclo de debate, que é elaboração de escopos possíveis para contratação para basear um item de fornecimento de boas práticas no sentido de compor contratos. A intenção é fazer as pessoas entenderem quais são os itens que estão sendo vendidos, evitando tantos problemas encontrados por falta de alinhamento do que está sendo fornecido, se projeto, se gerenciamento, se há responsabilidade pela obra. Por último formatar um edital de contratação específico para a formação continuada neste software livre que será criada a cartilha. A cartilha será criada através de uma licitação e será parte dos cursos de formação continuada, o qual utilizará esse conjunto facilitador para habitação. A pesquisa de diagnóstico mostrou que a maioria dos arquitetos trabalham com isso e a maioria das RRT são emitidas em função de projeto de reforma de pequeno porte. Esse mercado é grande e a gente acaba trabalhando nele de uma forma não tão bem estruturada. A tecnologia é uma oportunidade de resolver esse problema. A atividade 2 chamada de “Ações na academia” foi pensada por que nas faculdades, nas universidades, o estudante não aprende o trabalho mais feito pelos arquitetos. Se a maioria dos arquitetos trabalha fazendo pequenas reformas a gente precisa estimular as universidades que o ensino desse tipo de projeto permeie a formação todos os anos. Não pode ser ou no início quando o estudante tem pouca bagagem ou quando chega ao final do curso e está projetando aeroporto. Esse tipo de projeto de reformas com pequena complexidade não é estudado. É preciso criar essa cultura de mais projetos executivos, apresentar modelos de projetos executivos, outras tecnologias mais assertivas. A gente forneceria para as universidades, alunos e profissionais, esse conjunto que a gente chamou de HABIM, essa cartilha, com *templates* e com cursos. Tudo isso utilizando um *software* livre. O GT entendeu que precisa ser estimulado na universidade um gerenciamento do seu próprio trabalho, uma vez que é preciso entender o planejamento do seu próprio trabalho, entender a nomenclatura, os formatos. Explicações e o exercício de elaborar projetos executivos de pequeno porte, essa repetição, são necessários à formação do estudante de A&U. A atividade 3 seria a “Atuação na sociedade”, por meio das diversas áreas que tratam de alguma forma de habitação como a FIOCRUZ, a Prefeitura, as Forças Armadas (3.1), de ações junto aos condomínios e comunidades (3.2.), ações junto às entidades e junto sites que disseminam questões de tecnologia (3.3), incentivo de empresas do mercado a fazer itens parametrizados (3.4), reconhecer ações de compartilhamento de informações entre profissionais (3.5), concursos de ideias (3.6), e fomentar financiamentos, convênios e parcerias, numa espécie de financiamento para viabilizar os trabalhos (3.7). Por fim, as duas últimas atividades chamadas “Inovação, sustentabilidade e transformação” (item 4) e “Portal de informações, acervos e história” (item 5). O primeiro foi pensado com ciclos de debate e pensamentos, como tecnologia social e articulação entre redes de contatos, por exemplo, o aplicativo do CAU/BR não ter apenas a carteirinha, mas também um local de troca de informações, conexão de arquitetos etc. O segundo item é um portal de informações para a valorização de produção de conteúdo, colocado em um lugar organizado, com acervos digitais. **Conselheiro Lucas Faulhaber** sugeriu pautar na primeira reunião da CEF a recondução do GT Tecnologia para dar continuidade aos trabalhos que ficaram muito interessantes. Finalizando, o Presidente agradeceu a todos os conselheiros pelas pautas tratadas, de suma importância para o CAU/RJ. Nada mais havendo a tratar, o presidente Pablo Benetti agradeceu a participação de todos e todas e deu por encerrada a reunião às 19:18h. Eu, Alessandra Vandelli, Assessora Especial da Presidência, procedi a confecção da presente ATA que segue assinada por mim e pelo Presidente do CAU/RJ, Pablo Cesar Benetti. **Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2022.**



**Alessandra Vandelli** **Pablo Cesar Benetti**

Assessora Especial da Presidência Arquiteto e Urbanista

Presidente do CAU/RJ